



Passagens. Revista Internacional de História Política
e Cultura Jurídica
ISSN: 1984-2503
historiadodireito@historia.uff.br
Universidade Federal Fluminense
Brasil

No encaço do desenvolvimento: As reações da imprensa carioca ao pensamento social de Celso Furtado (1961-1962)

Santos, Lincoln de Araújo

No encaço do desenvolvimento: As reações da imprensa carioca ao pensamento social de Celso Furtado (1961-1962)

Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol. 10, núm. 1, 2018
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337354433004>

DOI: <https://doi.org/10.15175/1984-2503-201810103>

Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional.

No encaço do desenvolvimento: As reações da imprensa carioca ao pensamento social de Celso Furtado (1961-1962)

Una búsqueda del desarrollo: las reacciones de la prensa carioca al pensamiento social de Celso Furtado (1961-1962)

The pursuit of development: reactions among the Rio de Janeiro press to Celso Furtado's social thought (1961-1962)

En quête de développement : les réactions de la presse de Rio de Janeiro à la pensée sociale de Celso Furtado (1961-1962)

#####1961-1962#####.#####

*Lincoln de Araújo Santos*¹
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
 liarsan@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.15175/1984-2503-201810103>

Redalyc: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337354433004>

Recepção: 24 Maio 2017
 Aprovação: 23 Agosto 2017

RESUMO:

A partir da leitura e da análise das fontes jornalísticas em seus editoriais, o presente artigo identifica as repercussões do pensamento social e das ações de Celso Furtado como intelectual e operador do Estado na imprensa carioca. O contexto da Guerra-Fria e a cultura anticomunista no país representaram o cenário dos anos iniciais da década de 1960, responsáveis pelas reações diante dos posicionamentos de Furtado em relação ao seu projeto de desenvolvimento para o Brasil. Discorre também sobre as matrizes do pensamento do economista percebendo a sua formação articulada com as suas reflexões sobre as sociedades brasileira e latino-americana. Os embates sobre este projeto tinham o Nordeste como região perigosa aos setores altos e médios da sociedade brasileira, temerários com o espectro do comunismo diante da agenda das reformas, principalmente a reforma agrária. A natureza política e ideológica das elites brasileiras e sua frontal oposição às teses desenvolvimentistas reverberaram nos discursos editoriais do *Jornal do Brasil* e da *Tribuna da Imprensa* de 1961-1962.

PALAVRAS-CHAVE: Celso Furtado, pensamento social, intelectuais, desenvolvimentismo, planejamento.

RESUMEN:

A partir de la lectura y del análisis de las fuentes periodísticas en sus editoriales, el presente artículo identifica las repercusiones del pensamiento social y de las acciones de Celso Furtado como intelectual y operador del Estado en la prensa de Río de Janeiro. El contexto de la Guerra Fría y la cultura anticomunista en el país caracterizó el escenario de los años iniciales de la década de 1960, responsables de las reacciones ante los posicionamientos de Furtado en relación con su proyecto de desarrollo para Brasil. El texto discurre también sobre las matrizes del pensamiento del economista, percibiendo su formación de forma articulada a sus reflexiones sobre las sociedades brasileña y latinoamericana. Las principales divergencias sobre este proyecto giraban en torno al hecho de que los sectores altos y medios de la sociedad brasileña consideraban al Noreste una región «peligrosa»; les preocupaba el espectro del Comunismo frente al programa de reformas, principalmente en lo que respecta a la reforma agraria. La naturaleza política e ideológica de las élites brasileñas y su frontal oposición a las tesis desarrollistas reverberaron en los discursos de las editoriales de los periódicos *Jornal do Brasil* y *Tribuna de la Imprensa* de 1961-1962.

PALABRAS CLAVE: Celso Furtado, pensamiento social, intelectuales, desarrollismo, planificación.

ABSTRACT:

AUTOR NOTES

- ¹ Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FEFB/UERJ). Chefe do Departamento de Gestão dos Sistemas Educacionais. Doutor em Políticas Públicas em Educação pelo Programa de Pós-Graduação e Formação Humana - PPFH/UERJ. Mestre em Educação Brasileira - Universidade Federal Fluminense. E-mail: liarsan@gmail.com

Based on a reading and analysis of the news sources in its editorials, the following article identifies the repercussions of the social thought and actions of Celso Furtado as an intellectual and state operator in the Rio de Janeiro press. With the Cold War and anti-Communist culture pervading Brazil representing the context of the early years of the 1960s, such a scenario is responsible for the reactions to Furtado's positions in his project for developing the country. We also discuss the nuances of the economist's thought in light of his education and his reflections on Brazilian and Latin American societies. The attacks on this project by the middle and upper classes of Brazilian society deemed the Northeast to be a "dangerous" region, concerned as they were with the specter of communism in the reforms' agenda, particularly that of agricultural reform. The political and ideological nature shared by the Brazilian elites and their clear opposition to the developmentalist theories reverberated in the discourse of the editorials published in the *Jornal do Brasil* and the *Tribuna da Imprensa* newspapers from 1961 to 1962.

KEYWORDS: Celso Furtado, social thought, intellectuals, developmentalism, planning.

RÉSUMÉ:

À partir de la lecture et de l'analyse de sources journalistiques, et principalement des éditoriaux, le présent article vise à identifier les répercussions de la pensée sociale et des actions de Celso Furtado en tant qu'intellectuel et agent de l'État dans la presse de Rio de Janeiro. La Guerre froide et la culture anticommuniste en vogue dans le pays représentaient le contexte du tout début des années 1960, ce qui n'est pas étranger aux réactions provoquées par les positions de Furtado par rapport à son projet de développement pour le Brésil. Nous aborderons également les fondements de la pensée de l'économiste et les articulations entre sa formation et ses réflexions sur les sociétés brésilienne et latino-américaine. Les débats autour de ce projet considéraient le Nordeste comme une région « dangereuse » pour les classes supérieures et moyennes de la société brésiliennes, qui s'inquiétaient du spectre du communisme face à l'agenda de réformes, et plus particulièrement à la réforme agraire. La nature politique et idéologique des élites brésiliennes et leur opposition frontale aux thèses développementistes se reflètent dans les discours des éditoriaux des journaux *Jornal do Brasil* et *Tribuna da Imprensa* de 1961-1962. Mots-clés : Celso Furtado ; pensée sociale ; intellectuels ; développementisme ; planification.

MOTS CLÉS: Celso Furtado , pensée sociale , intellectuels , développementisme , planification.

##:

#####1961-1962#####(Celso Furtado) #####1961-1961#####
#####.#####.#####
#####"##"#####
#####1961-1962##### (Jornal do Brasil) #####(Tribuna da Imprensa)#####
#####.#####
###: ###.####, ####, ####, ####, ##.

INTRODUÇÃO

A presença de Celso Furtado como ministro do Planejamento do governo de João Goulart (1961-1962) e a construção de seu pensamento social devem ser compreendidas no contexto histórico do Segundo Pós-Guerra, na reorganização geopolítica da Europa, Ásia e, ainda, nas correlações das forças econômicas no mundo. Suas teses desenvolvimentistas, reflexões críticas e propostas políticas e econômicas sobre a América Latina e o Brasil devem ser entendidas nessas conjunturas das décadas de 1950 e 1960.

O pensamento social de um intelectual de seu tempo como Furtado precisa ser situado nessa totalidade histórica com as suas variáveis, a fim de se obter uma aproximação às origens de suas ideias e formulações. Dessa forma, entender o caminho traçado pelo economista a partir das influências, das vertentes e das correntes que recebeu do pensamento clássico das ciências sociais – da política, da economia, da história, é um dos exercícios a que se propõe este artigo, que também busca compreender o intelectual, suas ações num tempo determinado como gestor público, articulando essas experiências, buscando os nexos de suas leituras e interpretações sobre o Brasil.

Desse jogo internacional resultante da Guerra Fria, identificamos as razões do incômodo que as ideias e os estudos de Celso Furtado causaram nos setores da sociedade brasileira que eram resistentes ao projeto de desenvolvimento econômico e das reformas estruturais, propostos no governo de João Goulart. Neste

ponto, compreendemos as reações expressas nas opiniões da imprensa carioca às posições do economista paraibano. Daí que analisar os discursos dos jornais em seus editoriais e artigos é a outra finalidade deste artigo, demarcando-se os projetos em disputa no país, nos anos de 1961 e 1962. Na leitura e na compreensão desses discursos em seus contextos e concepções de mundo, foram identificadas duas fontes editoriais em dois jornais distintos, ambos publicados no Rio de Janeiro: o *Jornal do Brasil* – editorial “Nordeste” – de 21/6/1961 ; e a *Tribuna da Imprensa* – editorial “Pôr em seu lugar coisa que preste” – de 8/2/1962 .

Durante esses anos, Celso Furtado transitou entre a sua saída da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene e a assunção no cargo de ministro de Estado do governo presidencialista de João Goulart. Esse período compôs um quadro histórico, considerando-se as influências da Guerra Fria e de sua propaganda ideológica no Brasil, que acirrou o espectro do comunismo como sombra dos malefícios à sociedade liberal-cristã. Os textos escolhidos exprimem o cenário deste tempo e desenha a antevéspera do golpe de março de 1964, além de demonstrar uma agenda dos temas próprios dos embates políticos, tais como a importância estratégica dos planos de governo, a região do Nordeste concebida como região de profunda miséria e, ao mesmo tempo, centro de conflitos agrários. O procedimento, portanto, foi partir do pensamento social de Celso Furtado, observar as reações da imprensa em seus temores e anseios, e identificar quais foram os atores representados naquelas opiniões, traduzindo assim os projetos de sociedade, de Estado e de nação em disputa no Brasil.

UM INTELLECTUAL FORJADO “NUM PEQUENO MUNDO PROVINCIANO” 2

Em texto autobiográfico, Furtado descreve a própria formação e as fontes que influenciaram na construção de suas reflexões sobre o país. Constatando sua origem no sertão da Paraíba em uma família de forte presença masculina – o bisavô exerceu as funções de juiz, o avô foi professor primário e o pai também foi juiz –, ele observa que essa convivência garantiu um ambiente que oferecia oportunidades de leituras sob a influência do pai. Furtado reconhece na figura paterna um homem anticlerical e aberto a ideias novas e do ainda franco-maçom. E agradece ao pai por lhe ter deixado uma ampla biblioteca, o que lhe permitiu cultivar a primeira paixão intelectual, a história. A literatura, sua segunda paixão, foi despertada nos anos do ensino secundário, bem como a dedicação aos estudos de latim, tendo sido esses os campos do conhecimento essenciais em sua formação (FURTADO, 2013, p. 38-39).

Aos 23 anos, ingressou na função pública, seguindo a tradição familiar despertando para as leituras sobre os problemas sociais brasileiros. Os estudos que realizou a partir da crise de 1929 e os impactos históricos e econômicos da Revolução de 1930 foram aspectos importantes em sua análise sobre o Brasil, seus processos de industrialização e desenvolvimento. Neste relato sobre a sua trajetória intelectual, reconhece o impacto deste período até o Estado Novo, como a fase de hibernação e de amadurecimento de suas ideias.

Furtado nos revela as matrizes originais que atuaram na sedimentação de seu pensamento, a partir de três vertentes ou correntes teóricas que influenciaram o economista e o intelectual brasileiro. A primeira foi o positivismo, com a primazia da razão, o conhecimento como resultado de etapas concebidas através do método científico e a relação com o progresso. Esses pressupostos deram-lhe suporte em suas reflexões, inclusive consolidando “um ateísmo que caracterizara desde os treze anos” (FURTADO, 2013, p. 40).

A segunda fonte de influência veio de Karl Marx, no apoio à leitura sistematizada da história, reconhecendo-a como “atividade intelectual válida”, percebendo a natureza das sociedades estratificadas e que as formas sociais podem ser superadas. O jovem Furtado articulou, então, o conhecimento como arma do progresso dos postulados do positivismo com a ideia de que as formas sociais são históricas e podem ser superadas – princípios básicos do materialismo histórico. A terceira fonte-matriz foi a sociologia, com destaque para a obra referência de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*, texto que se tornou, para Furtado (2013, p. 41), um “instrumental novo de trabalho”.

Ingressando no curso de direito da Universidade do Brasil (em 1944) e no doutorado em economia em Paris (nos anos de 1946 a 1948), ampliou os estudos e a formação acadêmica. Consolidou suas leituras nas reflexões de Karl Mannheim apropriando-se da sociologia do conhecimento e estendendo a atividade intelectual à história. Buscava então nessas fontes um exercício para o amadurecimento de suas ideias e um sentido no caminho de sua atuação política como quadro técnico do Estado. Celso Furtado foi um intelectual singular, que experimentou efetivamente os elementos de uma reflexão teórica disciplinada e o fazer cotidiano como operador de planos e de ações.

Esses alicerces teóricos ressaltavam em Furtado um conceito peculiar sobre o desenvolvimento, fator que possivelmente teve a presença nas etapas para o alcance do progresso, elemento de destaque nos apontamentos da evolução da humanidade a partir de Comte.³ A tecnologia e a indústria seriam então os patamares para o desenvolvimento e para o próprio avanço civilizatório brasileiro. No pensamento furtadiano, o desenvolvimento seria um processo histórico de inclusão dos povos, em que a ciência e a tecnologia desempenhariam função essencial (FURTADO, 1969). Parte daí a motivação para perceber que os ciclos de prosperidade econômica no país deveriam ser concomitantes à educação com forte base na pesquisa e à valorização da universidade. O próprio Furtado reconheceu a influência do economista e cientista político Joseph Schumpeter (XIX) sobre os aspectos relativos ao progresso tecnológico, ao desenvolvimento e ao crescimento.⁴

Nominar Celso Furtado como positivista é reduzir o fôlego de um intelectual que recebeu múltiplas influências que enriqueceram a totalidade de suas reflexões, composições teóricas sobre a economia política e o desenvolvimento no Brasil. Nos estudos que realizou sobre as características do desenvolvimento dependente, reconheceu três faces desse processo, apontando os caminhos e um próprio roteiro quando defendeu o princípio da produtividade do trabalho como vetor para a autonomia econômica das sociedades que por ora estivessem em condições de submissão diante dos centros produtivos do capitalismo: aumento da dotação de capital por trabalhador, modificação do processo produtivo, ou seja, elevação do nível tecnológico e mudanças nas estruturas produtivas resultantes da demanda global (FURTADO, 2013).

A chave para entendermos a centralidade do pensamento econômico de Furtado e de sua crítica às estruturas de dependência ao centro do capitalismo e em contraposição a ela está na equação: progresso tecnológico – acumulação de capital – modificações estruturais decorrentes da demanda externa. O que está evidente nesse processo é que a ruptura com as relações de dependência econômica está na inversão do projeto tecnológico, em que o país pudesse propiciar uma política de desenvolvimento que se antecipasse às demandas externas de produção da economia global:

Em síntese, o que caracteriza uma economia dependente, é que nela o progresso tecnológico é criado pelo desenvolvimento, ou melhor, por modificações estruturais, que surgem inicialmente do lado da demanda, enquanto nas economias desenvolvidas o progresso tecnológico é, ele mesmo, a fonte do desenvolvimento (FURTADO, 1969, p. 23).

Ao longo de seu depoimento, Furtado ratifica importância da leitura marxiana em sua formação, mas demonstra os limites dessa influência, destacando que as bases epistemológicas da teoria da história foram mais importantes do que os elementos teóricos da economia. Há sinais evidentes no pensamento do economista brasileiro de que a metodologia da ciência em Marx o auxiliou a sedimentar suas proposições, é o que se percebe nas díades, no jogo de contrários existentes nas categorias concebidas nas interpretações sobre o Brasil, a América Latina e o mundo e suas dinâmicas da economia, em que os elementos que parecem a princípio contraditórios tornam-se um todo sistêmico, explicando em suas relações os movimentos do trabalho, da produção, das relações internacionais entre o capital e os Estados nacionais.

Os elementos centro-periferia, desenvolvimento-subdesenvolvimento, latifúndio-minifúndio, rural-urbano, dependência-soberania nacional e Estado-mercado compõem o quadro de conceitos-chave no pensamento furtadiano. As teses de Furtado sobre a substituição de importações e a totalidade de seus conceitos e categorias proporcionam os fundamentos de uma dialética, não exclusivamente marxiana, mas

consistente, no sentido de se afirmar, segundo o próprio Furtado, que a história e a economia são campos de estudos indissociáveis.

Sua formação a partir dos clássicos da economia, além dos princípios da macroeconomia de J. M. Keynes lhe serviu como base para a ampliação de sua visão sobre o mundo e as realidades sociais. Löwy utilizou um termo que caberia na compreensão desta linhagem de matrizes teóricas que conformarão o pensamento furtadiano. No campo das ciências sociais, existem possíveis cruzamentos, “várias fertilizações recíprocas” entre correntes filosóficas, aparentemente antagônicas, e que não são “hermeticamente fechadas” (LÖWY, 1991, p. 35).

Estas “fertilizações recíprocas” fizeram com que Furtado, a partir dos postulados do positivismo, das ideias weberianas sobre a organização e o Estado, bem como de sua metodologia científica, passando por Tönnies, Hans Freyer e Simmel, compusesse um pensamento próprio e autônomo, buscando os nexos entre a história e a economia, confrontando a realidade latino-americana e brasileira e suas perspectivas de soberania dos povos.

Segundo Fonseca (2009), Celso Furtado consagrou-se como um dos principais pensadores do estruturalismo cepalino⁵ e latino-americano, viés epistemológico fundamental para compreendermos a sua obra e suas teses sobre a economia política. O estruturalismo concebido no continente propôs um exercício teórico-metodológico traçando um caminho que buscava aproximar-se do objeto de análise, incorporando aos fundamentos das ciências econômicas os processos histórico-sociais.

O confronto entre a realidade objetiva e sua temporalidade o auxiliaram na leitura das estruturas de determinadas sociedades, concebendo um método próprio de se analisar as características dos processos econômicos. As variáveis políticas e sociais na construção do método de análise estruturalista de Furtado são integradas ao conhecimento econômico, produzindo uma interpretação sobre o Brasil, principalmente contida em uma de suas principais obras, *Formação econômica do Brasil* (1959).

Furtado sofreu influência do estruturalismo francês, da história, da antropologia e da geografia, fontes que o ajudaram a amadurecer suas reflexões sobre o país e a América Latina. O próprio Furtado sublinhou o pensamento de Henri Pirenne, um historiador belga. Sua aproximação com os intelectuais franceses teve uma primeira fase quando foi orientado pelo professor Maurice Byé, estudioso da economia do desenvolvimento e das relações econômicas internacionais, na Faculdade de Direito da Universidade de Paris, onde Furtado defendera a tese que versava sobre a fase açucareira da economia colonial brasileira, em 1948. Já no exílio, após o golpe civil-militar de março de 1964, teve uma rápida passagem pelos Estados Unidos, fixando-se logo depois na França, em Paris. Neste período, a experiência acadêmica de Furtado centrou-se a partir de três eixos de reflexão: as características da expansão da economia capitalista, as especificidades do subdesenvolvimento e a formação histórica do Brasil concebida a partir dos postulados econômicos (FURTADO, 2013).

Em Paris, Furtado conviveu com intelectuais franceses, entre eles o historiador Fernand Braudel, conhecido por sua filiação ao movimento historiográfico dos *Annales*. Em 1966, a Associação Internacional de História Econômica convidou Celso Furtado, por iniciativa de Braudel, a participar do Congresso da entidade que seria realizado em Leningrado, participação que acabou não ocorrendo, porque o consulado do Brasil em Paris não autorizou Furtado a sair da França com o passaporte de ministro de Estado de João Goulart (FURTADO, 2014, p. 495).⁶

Publicado no Brasil em 1959, *Formação econômica do Brasil* tornou-se um clássico sobre a sociedade brasileira, sua economia e seu desenvolvimento histórico. A análise dos ciclos econômicos entremeados com a descrição das regiões e povoamentos permitiu uma leitura crítica da realidade brasileira e de suas bases de produção. Homem de seu tempo, Furtado não só identificou as razões dos problemas brasileiros e latino-americanos, como também projetou possibilidades de avanços sociais e de infraestrutura para que os povos deste continente poderiam viabilizar em seus projetos nacionais com suas soberanias econômica e política. Na perspectiva de sua formação teórica, sintetizou assim a organização de suas ideias:

O meu enfoque dos processos econômicos, no qual se combina uma visão histórica global com um corte sincrônico para o qual se utilizam todos os recursos da análise econômica, alcançou a forma que para mim passou a ser definitiva quando cristalizaram em meu espírito duas ideias: a de estrutura e a de centro de decisão (FURTADO, 2013, p. 49).

GUERRA FRIA, ANTICOMUNISMO E A NATUREZA DAS ELITES NO BRASIL

O período após a Segunda Guerra foi determinado por uma ordem internacional manifestada numa geopolítica que articulava entre os territórios redesenhados sob os domínios soviético e norte-americano. Nessa conjuntura, promoveram-se campanhas ideológicas, criando-se expectativas de novos conflitos bélicos e nucleares, ante os traumas recentes das milhões de mortes ocorridas, mantendo-se permanentemente uma tensão entre os países e seus blocos.

Hobsbawm (1995) descreveu esse período como um pacto de não agressão explícita, num processo de acomodação em que os conflitos regionais, consequências não superadas dos tempos da Segunda Guerra, foram cuidados a partir de suas especificidades, porém mantendo-se a ordem internacional acordada diplomaticamente nos tempos recorrentes do conflito mundial. A doutrina Truman, de 1947, expressava fundamentalmente o que viriam a ser as justificativas de intervenção norte-americana na América Latina, principalmente entre os anos de 1950-1960.⁷

Utilizada pelos EUA como política de expansão de sua hegemonia, a definição do inimigo comum impondo-lhe todos os adjetivos necessários em oposição aos valores ocidentais, liberais e cristãos, fez com que os tempos de Guerra Fria se transformassem num jogo de interesses favoráveis ao ideário americano. Vista como invenção norte-americana, a Guerra Fria tem entre suas origens as questões internas nas disputas eleitorais, do discurso dicotômico entre liberdade x autoritarismo, defesa do livre-mercado x socialismo, Deus x ateísmo. A propaganda anticomunista, antes de tudo, era uma mensagem direta ao povo americano e sua sociedade liberal-protestante. A garantia da consolidação de uma cultura anticomunista em terras americanas criou um ambiente esquizoide, nas palavras de Hobsbawm, traduzindo inclusive uma perseguição àqueles que simplesmente criticavam as posições da política externa dos EUA:

Não foi o governo americano que iniciou o sinistro e irracional frenesi da caça às bruxas anticomunista, mas demagogos exceto isso insignificantes – alguns deles, como o notório senador Joseph McCarthy, nem mesmo particularmente anticomunista – que descobriram o potencial político da denúncia em massa do inimigo interno. O potencial burocrático já fora há muito descoberto por J. F. Edgard Hoover (1895-1972), o praticante irremovível chefe do Departamento Federal de Investigações (FBI) (HOBSBAWM, 1995, p. 232).

A lógica da propaganda anticomunista e os mecanismos de perseguição macarthista estenderam-se pelo mundo, transmutando essas mensagens todo o pensamento que se opunha aos EUA. A retórica da presença comunista como inimigo comum aos povos ocidentais chegou ao Brasil e encontrou ressonância nas camadas médias da sociedade, no discurso moralista-religioso, em que os valores e representações antagônicas demonstravam o pragmatismo de um mundo dividido: Deus-família-liberdade x ateísmo-comunismo-promiscuidade.

Aos olhares das elites brasileiras, tanto as ações de Estado quanto as formulações teóricas para o desenvolvimento de Celso Furtado foram inseridas nessa trama, na utilização do espectro do comunismo e da subversão no país. Mas a disputa entre os projetos se deu também nas concepções opostas de Estado e nos interesses de classe que foram caracterizadas nos períodos de 1945 a 1964 no Brasil.

Mas qual foi (é) o caráter de formação das elites brasileiras?

Em seus estudos sobre a burguesia brasileira, Florestan Fernandes (2005) considerou não só a evolução dessa classe, mas definiu seu caráter, sua visão de mundo e de desenvolvimento, o que nos ajuda a entender a complexa relação das classes dominantes – empresariado, representantes do latifúndio e políticos em oposição ao projeto do nacional-desenvolvimentista, de certa forma presente no governo de João Goulart e no legado intelectual de Celso Furtado.

Foi, portanto, a expressão do mandonismo local, da cultura rural e do exclusivo agrário que fundamentou a dominação da burguesia brasileira. A consolidação de um projeto para o país se deu por meio de um tipo de classe dominante numa transição interclassista, plasmando-se a mentalidade de dominação. O velho (o rural,

agrícola, concentrador de terras) e o novo (o urbano, industrial e defensor do “livre mercado”), conviveram prevalecendo o acordo de controle e domínio do Estado. Do arcaico surgiu o moderno, e estes alimentaram-se das estruturas tradicionais preservando a lógica de dominação inaugurada na República Velha, naquilo que Florestan chamou de “débil e moderado espírito modernizador” (FERNANDES, 2005, p. 242-249).

O espírito burguês brasileiro tem suas raízes na tradição agrária, a referência histórico-cultural em ascensão, sendo este o tom da modernização ocorrida no país.

Foi graças a esse giro que velhas estruturas de poder se viram restauradas: o problema central tornou-se, desde logo, como preservar as condições extremamente favoráveis de acumulação originária, herdadas da colônia e do período neocolonial, e como engendrar, ao lado delas, condições propriamente modernas de acumulação de capital (FERNANDES, 2005, p. 246-247).

Nos aspectos políticos, a cultura burguesa no Brasil constituiu-se a partir de um antiliberalismo, pois reagiu veementemente aos interesses opostos ao seu projeto, sendo truculenta com os movimentos sociais e sindicais, rejeitando os princípios da democracia liberal. A transição da economia agrária para o capitalismo industrial não trouxe rupturas entre os grupos de interesse, sendo que as oligarquias souberam conviver com um tipo de modernização que se adequava aos seus objetivos: transformar-se mantendo a ordem autoritária, em meio à degradação social, impedindo não só os avanços sociais, como um tipo de mobilidade aceita em sociedades capitalistas no mundo.

A disputa de projetos no Brasil fez Celso Furtado perceber a personalidade de quem criticava as suas ideias. Suas críticas ao empresariado brasileiro exprimiam com clareza as constatações das classes dominantes de que estas não tinham uma mentalidade empresarial, da qual o desejo do lucro fácil era um obstáculo básico ao desenvolvimento nacional (BIELSCHOWSKY, 2004).

Um dos campos de disputa que promovia um distanciamento dos interesses das classes dominantes brasileiras e as ações e pensamento econômico-social de Furtado estava na concepção de Estado e de sua utilização política. O discurso liberal e anticomunista, no ataque constante ao Estado no Brasil, fez com que as elites ocultassem a realidade de seu projeto de poder. Para Florestan (2005, p. 240), a burguesia brasileira convergia para o Estado, diferentemente de outras experiências históricas do liberalismo em outras sociedades.

No caso brasileiro, essa burguesia foi incapaz de criar instituições próprias e orgânicas, autônomas do núcleo estatal, onde os embates e confrontos com a instituição pública fossem possíveis como experiência histórica de formação de uma sociedade efetivamente liberal. A transição das oligarquias e aristocracias agrárias encontraria condições ideais para a modernização, e o Estado foi utilizado politicamente para garantir essa passagem. Sendo assim, contraditoriamente, o discurso liberal às críticas intervencionistas foi o mote para a manutenção da ordem vigente, mesmo que em sua natureza viessem a consolidar uma sociedade liberal autônoma e independente do Estado. É por isso que no Brasil a reforma agrária, princípio liberal ao direito de propriedade, foi expurgada pelos grupos dominantes, tachada como manobra de comunistas e de subversivos no Brasil.⁸

Por outro lado, Celso Furtado concebeu o Estado como o instituto condutor do desenvolvimento, com o planejamento e a intervenção objetiva na realidade das cidades e regiões do país provocando transformações sociais e econômicas. Keynesiano, Furtado defendeu os princípios do ciclo virtuoso econômico nos marcos do capitalismo, em que o ambiente propício para o desenvolvimento econômico partiria do pressuposto do Estado interventor, em que o planejamento seria um instrumento estratégico para a emancipação socioeconômica do país. As ideias de J. M. Keynes tiveram leitura particular de Furtado, adaptadas às conjunturas e realidades da América Latina e do Brasil.

Bielschowsky (2004) discutiu essa nuance do pensamento de Furtado diante do que o intelectual brasileiro observava o Estado, sua função política e crítica à ortodoxia liberal:

Como os seguidores de Keynes, os estruturalistas desafiavam a ideia de que o sistema econômico tende a um tipo de equilíbrio automático e à eficiência máxima, desde que garantida a livre movimentação das forças do mercado...O planejamento, na perspectiva keynesiana, destina-se a reconduzir o sistema econômico à situação de pleno emprego e aí preservá-lo. No estruturalismo, destina-se a coordenar os esforços da industrialização, de forma a reunir condições para superar os obstáculos estruturais que dificultam o desenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 135-136)

Os setores da sociedade brasileira críticos às ações e ideias de Furtado repercutiram seus posicionamentos, muito em aspectos gerais e superficiais à exposição daquele que experimentou a gestão pública na Sudene e também na coordenação do Ministério do Planejamento, nos órgãos da imprensa popular ou direcionada às classes médias, estas como portadoras de opinião, preparando-as de antemão ao golpe civil-militar de 1964.

Como homem de Estado, Furtado esteve no governo de Juscelino Kubitschek, no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (quando coordenou a Operação Nordeste), chefiou a Sudene de 1959 a 1962, estando com Jânio Quadros, e, “em fins de setembro” de 1962, foi o primeiro ministro a liderar o Ministério (Extraordinário) do Planejamento, responsável pela criação-condução do Plano Trienal. Estando com 40 anos de idade, Furtado alcançava respeitabilidade nacional e internacional, pela sua inteligência e também em sua primeira condução como executivo da Sudene.

CENÁRIOS E NARRATIVAS NO ENCALÇO DO DESENVOLVIMENTO

O ano de 1962 já demonstrava sinais de profunda crise política e institucional no Brasil. Os estudos de Dreifuss (1981) identificaram as redes de apoio e promoção de um ideário anticomunista, baseado na defesa dos valores da família, a favor da propriedade e dos valores (morais) liberais. Nesse sentido, os aparelhos de classe criaram uma esfera que levava o país à culminância do golpe de Estado, formando assim uma teia de sustentação política favorável ao projeto conservador. O centro político de coordenação dos atos pró-golpe estava entre o Instituto de Pesquisa de Estudos Sociais – Ipes e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – Ibad.

Dos periódicos escolhidos para a análise das narrativas/discursos, podemos considerar que o *Jornal do Brasil*, em seu editorial, apoiava discretamente as iniciativas de Furtado, valorizando a sua capacidade intelectual e como executivo eficiente. A *Tribuna da Imprensa* era de propriedade de Carlos Lacerda, personagem importante deste período republicano, por ter atuado na desestabilização do governo Vargas, sendo referência como porta-voz dos setores da classe média e também do empresariado, defensores da ordem e dos valores liberais. A *Tribuna da Imprensa* foi o órgão que explicitamente fazia oposição a João Goulart. Citando a participação de vários jornais comprometidos com o projeto pró-golpe, na divulgação e campanha de ataques ao governo, Dreifuss (1981, p. 233) registrou a complexa teia de sustentação articulada pelo Ipes e pela imprensa:

Outros jornais do país se puseram a serviço do IPES. Rafael de Almeida Magalhães, filho do líder ipesiano Dario de Almeida Magalhães, colocou à sua disposição, para que qualquer artigo saísse não assinado ou em forma de editorial, a Tribuna da Imprensa, o militante jornal anti-João Goulart e antipopulista do Rio, que também era de propriedade de Carlos Lacerda e do qual participava o jornalista Hélio Fernandes.

Em *A narração do fato*, Sodré (2009) disserta sobre as relações entre o texto jornalístico, o trato e a concepção de notícias e suas epistemologias. Sua identificação dos elementos mediadores entre o discurso das empresas jornalísticas e seus operadores e a sociedade leitora traz os princípios da teoria da comunicação que são importantes para percebermos as vozes oficiais dessas instituições, seus interesses e conceitos sobre a política e a economia. As leituras de mundo, segundo o autor, são concebidas através de mediações, numa “espécie de roupagem perceptiva e cognitiva”, buscando oferecer os sentidos do objeto do conhecimento (SODRÉ, 2009, p. 9-10).

Na modernidade, o materialismo histórico como metodologia substituirá o mito (da Antiguidade) como uma nova forma mediadora da leitura sobre o real. Desse modo, a ideologia, mentalidade concebida a partir

das relações de produção e trabalho, cultura daqueles detentores, controladores dos meios de produção servirá de suporte aos interesses de classe. Para Muniz Sodré, a ideologia é outra forma mística de leitura da realidade (SODRÉ, 2009)

Para o que se propõe ao estudo dos editoriais dos jornais cariocas, a ideologia, segundo esse autor, consiste num viés de caráter hegemônico, de controle político, do sistema de ideias e dos pensamentos organizados, articulados através dos indivíduos, grupos ou instituições, e que promovem instrumentos doutrinários e representam uma classe em ascensão. Essa ideologia, que também intenciona a manutenção ou conservação de posições sociais, políticas e econômicas, em sua “luta discursiva” distorce a realidade ou os fatos a favor da “vitória da argumentação” (SODRÉ, 2009, p. 10).

Tomando o cuidado necessário ao perigo das generalizações de que a imprensa brasileira, ou parte dela, nos jornais de grande circulação dos principais centros urbanos, tiveram suas identidades comprometidas com a manutenção da ordem social, o caráter liberal de se criar um sistema político sem povo era a vertente de convencimento transmitida à sociedade.

Muniz Sodré apresentou um histórico desse processo da imprensa na Europa e na América, demarcando as características ideológicas dos jornais impressos, porta-vozes dos direitos civis e da liberdade de expressão, desenvolvendo uma narrativa que os justificava como entidades que conduziam a verdade dos fatos reais. O vínculo da imprensa brasileira às concepções do modelo empresarial norte-americano, de uma imprensa adaptada ao ritmo industrial, no qual a notícia é produto comercializado, a ser “consumido” de acordo com a perspectiva ideológica parcial, promotora de um modelo social, em que “a mitologia da neutralidade que se atribui a uma mercadoria e que, portanto, sustenta os coeficientes de confiabilidade pública nos relatos” (SODRÉ, 2009, p. 14).

Os editoriais a serem discutidos representam esses olhares contraditórios, refletindo um tempo histórico, um recorte de uma sociedade em crise, campo de disputa de projetos antagônicos. Os jornais e suas narrativas demonstram, entre as ideias, símbolos e signos, posições diante do mundo e em especial do Brasil, sua economia e política. No centro das polêmicas promovidas por setores orgânicos da sociedade brasileira e instituições de classe, o percurso de Celso Furtado, seu entendimento sobre o país e o enalço desses setores sobre o desenvolvimento proposto por ele.

“JORNAL DO BRASIL” – EDITORIAL DE 21 DE JUNHO DE 1961

Há alguns anos, ninguém imaginaria que o atual responsável pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste fosse encarado com naturalidade pela administração norte-americana. Afinal, o Sr. Celso Furtado – como as próprias notícias de Washington fazem questão de frisar – já foi, ideologicamente, um marxista. Hoje, não é mais. (NORDESTE, 1961, p. 6).

Intitulado “Nordeste”, este editorial do *Jornal do Brasil* tratou da visita de Celso Furtado ao governo norte-americano para “conversar sobre a preocupação crescente das autoridades com o problema do nordeste brasileiro”. A visita ocorreu na primeira quinzena de junho do mesmo ano e teve como objetivo buscar financiamento para os projetos do Nordeste, oriundos dos estudos da Sudene.

No governo JK, no biênio 1957-1958, Furtado coordenou a Operação Nordeste e, em 1959, assumiu a Superintendência da Sudene. Nesse período, havia conquistado o respeito necessário para responsabilizar-se pelo planejamento e pelas ações do órgão inaugurado ainda na gestão de Juscelino. Com a nova conjuntura política e a eleição de Jânio Quadros, a presidência decidiu manter a Sudene e o seu responsável direto, buscando assim dar continuidade às obras de infraestrutura e ao Plano Diretor da agência.

Ao final da década de 1950, o Nordeste brasileiro era percebido pela opinião pública, setores da mídia e os estudiosos sobre os problemas sociais brasileiros como uma verdadeira referência de análise e de possibilidades de superação da miséria e pobreza, bem como os projetos de desenvolvimento regional. Muito da definição dessa agenda regional se deve à Sudene e à gestão de Furtado, pelas iniciativas de estabelecer uma racionalidade

no enfrentamento dos problemas infraestruturais da região do agreste, do semiárido, impondo a lógica de definição de prazos e metas, sendo garantido financiamento para as obras da região.

Em encontro realizado no Instituto Superior de Estudos Brasileiros – Iseb, em 1959, a convite do diretor-executivo do instituto, Roland Corbisier, Celso Furtado proferiu a palestra Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste, em que analisou o drama nordestino: 20 milhões de pessoas vivendo da forma mais dramática do hemisfério ocidental, onde 1/3 da renda média desta região não se aproximava da renda do Centro-Sul, um grave distanciamento entre as populações rural e urbana, meio milhão de desempregados nas cidades, secas permanentes atingindo 4/5 do território regional.⁹

No conjunto das explicações sobre o Nordeste e sua problemática, Furtado recorreu aos fundamentos teóricos e metodológicos que já havia absorvido em seus estudos sobre a economia brasileira e latino-americana. No debate entre as relações de dependência entre o centro e a periferia do capitalismo, discutia a lógica de submissão das economias periféricas a partir do impedimento de seu livre crescimento, tal era o controle do centro de decisão diante das relações de exportação e de seus produtos. Da mesma forma, quando discutiu a questão do Nordeste, comparou-o a São Paulo, regiões díspares, uma rica e em processo de aceleração de desenvolvimento e a outra, pobre e miserável, destinada a promover um tipo de economia subdesenvolvida e subordinada ao centro dinâmico interno. Dessa forma, o superintendente da Sudene afirmava que:

Não podem coexistir no mesmo país um sistema industrial de base regional e um conjunto de economias primárias dependentes e subordinadas, por uma razão muito simples: as relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias tendem sempre a formas de exploração [...] a tendência das economias industriais, em razão de sua forma de crescer, a inibir o crescimento das economias primárias, esse mesmo fenômeno está ocorrendo dentro do nosso país (FURTADO, 2009, p. 32).

A expectativa sobre o encontro entre Furtado e Kennedy foi registrada neste editorial, principalmente ante a necessidade de se dirimirem as dúvidas quanto aos posicionamentos ideológicos de Celso Furtado.

Em seu texto autobiográfico, Furtado (2013) reconheceu a influência de Marx em suas reflexões, muito mais nos fundamentos da teoria da história, do que para os elementos teóricos da economia. Essa perspectiva rompia com o ideário acusatório dos que pela imprensa o acusavam de marxista, comunista e subversivo, promovendo um debate tosco e sem sentido para o público leitor. A forte campanha de desconstrução da imagem de Celso Furtado distanciava-se da realidade entendendo que era um desrespeito à trajetória do intelectual, seu legado na produção acadêmica diante dos problemas sociais e econômicos do país e do continente.

O editorial refletiu, à época, a preocupação das elites brasileiras diante da iminência comunista no Nordeste, e, por conta disso, criou-se a expectativa de que a visita do superintendente da Sudene aos Estados Unidos aproximaria antigos aliados, reforçando assim o bloco ocidental “democrático” e capitalista. O texto prenuncia este possível pacto anticomunista, o que viria a ser a Aliança para o Progresso, o projeto norte-americano para a América Latina de financiamento de obras estruturantes no continente:

Isso significa que não há mais homens marcados e que a administração norte-americana não fica assustada diante da subversão. Ela é que está querendo ser subversiva, ao pôr em cheque a União Soviética com um programa estratégico de ajuda maciça às nações subdesenvolvidas. Parece-nos que os Estados Unidos estão finalmente, no caminho certo, usando métodos pragmáticos contra cacoetes ideológicos (NORDESTE, 1961, p. 6).

Os gestos e movimentos de Celso Furtado eram acompanhados sob a ótica da Guerra Fria, pela qual o Nordeste serviria de justificativa e de alerta diante dos chavões do senso comum jornalístico, quando a subversão, o marxismo-comunismo sintetizavam as disputas geopolíticas do pós-Segunda Guerra. Se o editorial reproduz a linguagem e a mentalidade dos grupos econômicos e políticos interessados em acirrar o ambiente de insegurança institucional no país, ao mesmo tempo oferece sinais de apoio às iniciativas de Furtado, porém, impondo-lhe um modelo de conduta. O Nordeste seria então a arena de uma possível

revolução comunista, pois, onde imperasse a miséria, a pobreza e o desemprego, a atuação dos comunistas se consolidaria.

O editorial enfatizou os temores e a sombra do movimento chamado de subversivo em terras nordestinas:

O Nordeste brasileiro é uma dessas regiões que vivem, hoje, a véspera da revolução. Não queremos insistir na tecla da propaganda que atribui todos os fenômenos sociais no Nordeste à ação dos comunistas. Ninguém pode negar que os comunistas atuam. Mas eles não têm, atualmente, a força suficiente para deflagrar qualquer movimento (NORDESTE, 1961, p. 6).

O Partido Comunista Brasileiro – PCB, segundo Santana e Silva (2007), teve presença importante na organização das bases populares e sociais no Brasil, no período após a Segunda Guerra Mundial. Essa inserção do PCB na organização dos trabalhadores urbanos e rurais, entre os anos 1945-1964, evidenciou a disputas no jogo político e sindical no país. Ainda na ilegalidade, o Partido participou ativamente da vida política nacional ressaltando as dicotomias próprias dos tempos dos polos extremos representados pela URSS e os Estados Unidos.

Suas crises internas refletiram as contradições do movimento comunista internacional. Se os setores majoritários da luta interna partidária defendiam uma aliança estratégica com a burguesia nacional “progressista”, os grupos minoritários dentro do Partido apontavam o caminho Do aprofundamento das relações com os setores populares da sociedade organizada. Presente na organização do campesinato, o PCB teve forte influência na institucionalização da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultrab), criada em 1954, quando disputou espaços de atuação política com as Ligas Camponesas no Nordeste (DEZEMONE; GRYNSPAN, 2007, p. 221).

Visto como um problema, o Nordeste tornou-se território não só de conflitos entre as oligarquias locais vinculadas ao latifúndio e os grupos que apostavam numa agenda social em que a reforma agrária era a principal referência como defesa para a democratização da terra.

Na manhã do dia 14 de junho, Celso Furtado foi recebido pelo presidente Kennedy na Casa Branca, com a presença de um grupo de autoridades brasileiras e americanas. Furtado levou pessoalmente uma carta de Jânio Quadros que a liderança americana “leu atentamente” (FURTADO, 2014, p. 307).

As expectativas do então superintendente da Sudene, antagônicas ao clamor das instituições brasileiras que se opunham ao desenvolvimentismo, eram de que o governo americano oferecesse apoio financeiro para a implantação de políticas de desenvolvimento articuladas às reformas estruturais para a região Nordeste. Os ataques à figura de Furtado acirravam-se, renovando permanentemente a idealização do economista brasileiro como subversivo, desagregador, marxista e comunista. Ao final, buscando um ponto de equilíbrio diante do evento, o editorial do *Jornal do Brasil* afirmava que “o Nordeste brasileiro será recuperado para a democracia por meio de uma operação de larga envergadura que se baseie no financiamento de obras públicas, de indústrias privadas e de uma alteração não demagógica das estruturas agrárias” (NORDESTE, 1961, p. 6).

A visita aos Estados Unidos partiu de duas concepções diferenciadas de mundo e da sociedade brasileira: Para a voz oficial do *Jornal do Brasil*, levantaram-se expectativas diante de uma visão de que o Nordeste, território perigoso sob o domínio “comunista”, enxergava a aproximação com os Estados Unidos como a oportunidade de superar os conflitos agrários, afastar a subversão e garantir a ordem liberal dos mercados livres, levando, a partir desse princípio, o processo civilizatório capitalista para a região.

Sob o olhar de Celso Furtado, o Nordeste seria um campo fértil para o desenvolvimento, entendendo esse desenvolvimento como condutor da justiça social, ampliando a participação da população trabalhadora na produção e na distribuição da riqueza resultante de uma ação planejada pelo Estado e de suas instâncias, considerando a reforma agrária como elemento desencadeador desse processo, além de reconhecer o Nordeste como região próspera no sistema federativo brasileiro.¹⁰

“TRIBUNA DA IMPRENSA” – EDITORIAL DE 8 DE FEVEREIRO DE 1962

A confirmação do financiamento de obras para o Nordeste a partir da Aliança para o Progresso, convênio assinado pelo Brasil em maio de 1962, reafirmara a presença norte-americana em território nacional dando sinais de acompanhamento próximo do Estado americano numa região que simbolizava, aos olhos do governo Kennedy, um verdadeiro barril de pólvora. Ao mesmo tempo, a revolução cubana, com seus emblemas favoráveis ao movimento proletário internacional e à reforma agrária, acentuava as preocupações do ideário americano com a possível expansão do comunismo na América Latina.

Nesse contexto, outra disputa era travada diante da gestão do financiamento e da redefinição das políticas de infraestrutura da Sudene que estavam sendo implantadas desde o final da década de 1950. Ficou evidente a ação orgânica e conjunta da imprensa nacional diante dos embates junto ao governo João Goulart, quando o próprio Furtado em depoimento considerou:

Éramos apontados por alguns governadores como obstáculo à liberação dos recursos que estariam oferecendo os americanos. O jornalista Assis Chateaubriand fez ampla campanha neste sentido. O governador da Guanabara Carlos Lacerda indigitou-me à opinião pública nacional como “sabotador da Aliança para o Progresso”, qualificando-se por esse meio para receber recursos dos norte-americanos, aliás substanciais [...] A revista de maior circulação nacional, O Cruzeiro, lançou uma série de reportagens ilustradas para denunciar a ‘trama comunista’ no Nordeste [...] A acusação central era sempre a mesma: a Sudene não estaria interessada em atacar de imediato o problema da fome (FURTADO, 2014, p. 327).

A vitória do presidencialismo através do plebiscito fortalecendo circunstancialmente João Goulart (janeiro de 1963), a eleição de Miguel Arraes com o apoio de amplos setores populares em Pernambuco, o avanço das Ligas Camponesas na defesa da reforma agrária e na organização dos trabalhadores rurais e a reconhecida presença da Sudene como órgão potencializador das reformas estruturais na região foram ingredientes que acirraram nos jornais de circulação local e nacional o discurso do perigo de “cubanização” do país.

Entremeado de expressões depreciativas diante dos personagens comprometidos com o governo de João Goulart e do então primeiro-ministro Tancredo Neves, o editorial da *Tribuna da Imprensa*, “Pôr em seu lugar coisa que preste”, é um exemplo objetivo de como os jornais de grande circulação no país realizaram a propaganda de oposição ao governo e suas ações, promovendo assim um ambiente preparatório aos fatos consequentes ocorridos ao início de abril de 1964. O “espectro do comunismo” se apresentava como a expressão que agregava todas as insatisfações da voz oficial do jornal diante do que se apresentava no país:

Temos dito de vários modos, mas parece que ainda não se convenceram. Aqueles a quem compete defender a Nação: o comunismo é que é o inimigo. Sim, sabemos que a miséria, sabemos que o subdesenvolvimento, sabemos que tudo isso pesa e influi. Mas só se deixará enganar quem quiser: nem o subdesenvolvimento condiciona o comunismo nem o comunismo esperará que vençamos o subdesenvolvimento, para depois deixar-se vencer. O comunismo floresce na pobreza. Mas não são os pobres os principais chefes comunistas, nem os seus melhores ativistas. Vejam, por exemplo, no governo atual. Quais os melhores colaboradores do comunismo? Precisamente os que menos têm a esperar dele (PÔR EM SEU LUGAR..., 1962, p. 1).

A utilização do termo “comunismo” (nesse editorial de 22 parágrafos, o termo apareceu 19 vezes, sendo que o termo “democracia”, apenas uma vez) serviu de apoio para o ataque ao projeto das reformas de base e ao conjunto de políticas propostas pelo governo Jango e seu grupo político, atacado frontalmente pela imprensa. O comunismo propagado pela *Tribuna da Imprensa*, longe da experiência real sendo concebida pela União Soviética, servia mais como um repositório de vagas ideias e adjetivos ao governo que defendia mudanças estruturais, estas, sim, alvo principal dos jornais de oposição: “O comunismo engaja também os frustrados, os ambiciosos, os que buscam uma forma qualquer de se exprimir e de triunfar sobre os outros. O comunismo, como seu irmão gêmeo, o fascismo, não é só ideologia. é uma doença de espírito.” (PÔR EM SEU LUGAR..., 1962, p. 1).

As incongruências percebidas nesses discursos demonstravam que o comunismo servia para abarcar todos os interesses dos setores de oposição a Jango, buscando não só fundamentar a opinião dentro das

perspectivas da racionalidade nas teses sobre a economia e a política, mas agregar princípios de senso comum, proporcionando ao leitor do periódico uma simplificada interpretação dos problemas brasileiros e a construção de um ambiente de crise irreversível. O editorial de opinião febril distanciava-se em elucidar ou respeitar pelo menos o recente processo histórico da Segunda Guerra, em que os comunistas foram aliados na vitória sobre o nazifascismo europeu. As teses do editorial, reinterpretando os fatos históricos, distorcendo-os aos interesses de classe no Brasil, fizeram com que o principal “inimigo da liberdade”, a União Soviética, se tornasse a representante de todo mal, nessa versão à brasileira absurda sobre a Segunda Guerra, em que o comunismo e o fascismo estavam unidos pela destruição da propriedade privada, da família, como promotores da subversão mundial.

Sader (2000, p. 37; 61) destacou a atuação da URSS no cenário que traçou no período entre guerras, de 1914 até 1945, o seu papel na geopolítica e nos conflitos entre os países envolvidos nessa fase do capitalismo internacional, desvelando o mito da atuação conjunta inventada pela imprensa brasileira em que fascismo e comunismo teria sido aliados:

A URSS aparecia como o inimigo mais intransigente da Alemanha Nazista, contra a qual lutavam com afincado insuperável os partidos comunistas nos vários países, os sindicatos de orientação comunista e os intelectuais identificados com a URSS, enquanto governos dos países capitalistas fechavam os olhos aos afãs expansionistas de Hitler, na expectativa de que ele se ocupasse de invadir a URSS e terminar com o seu regime [...] A URSS saía do conflito promovida a superpotência mundial. A industrialização forçada havia levado o país a construir uma indústria militar que, associada à capacidade de mobilização ideológica de seu povo na resistência à invasão, havia derrotado a mais azeitada máquina militar do planeta naquele momento – o Exército de Hitler – e avançado sobre Berlim para transformar os soviéticos nos responsáveis fundamentais pela libertação da Alemanha do nazismo.

Os fatos ocorridos neste período entre guerras desmontam a narrativa construída pela imprensa brasileira diante da determinação política de se desestabilizar um campo político comprometido com as reformas de base. Ao contrário, foi o editorial da *Tribuna* que deu sinais característicos de um discurso que se aproximava do pensamento autoritário fascista.

Nos estudos que realizou sobre o advento do fascismo na Europa, Konder (1991, p. 14) afirmou que o pensamento de “direita” no plano cultural havia preparado o terreno para que Mussolini desenvolvesse sua lógica de intervenção política junto à sociedade italiana, num

[...] verdadeiro bombardeio constante e prolongado, que destruiu não só os princípios do liberalismo como, sobretudo, as convicções democráticas e a confiança nas massas populares, que poderiam constituir a única base suficientemente sólida para a oposição conseqüente à expansão das tendências fascistas.

Resguardando aqui as especificidades de tempos e dos cenários históricos que caracterizaram o fascismo italiano, percebe-se que, pelo conteúdo exposto no editorial da *Tribuna*, a preparação para que o regime civil-militar no país fosse definitivo dois anos depois aproximava-se das estratégias de propaganda fascista dos anos 1920-1930.

Mas as ponderações de Konder (1991, p. 28) nos auxiliam a compreender a redação e os códigos do editorial da *Tribuna*, mensagens diante dos projetos antagônicos, identificando os inimigos da sociedade, ratificando o ideário da Guerra Fria à brasileira:

A ‘demonização’ do adversário facilitaria à direita fascizante libertar-se em face de alguns escrúpulos mantidos pela postura ‘aristocrática’ do conservadorismo tradicional: quem não é implacável na luta direta contra Satanás torna-se pecador infame e perde sua alma.

Acusar então de comunistas os quadros políticos e técnicos comprometidos com o desenvolvimento do país, tais como San Thiago Dantas, o então ministro da Fazenda de Jango, e o próprio Celso Furtado, foi a linha de conduta, não só da *Tribuna da Imprensa*, mas de outros jornais e meios de comunicação espalhados pelo território nacional. O sétimo parágrafo do editorial da *Tribuna* atinge diretamente a figura de Furtado:

Durante algum tempo, o Sr. Celso Furtado conseguiu convencer a muitos que o Nordeste ia-se tornar comunista porque os americanos não lhe davam dinheiro, abundante, para ele comunizar o Nordeste. Empregou este sinistro personagem, o Francisco Julião, para assustar os burgueses e os capitalistas, os de cá e os de “Wall Street”. Com a gíria de economistas, escreveu uma série de coisas abracadabrantes, que passam por ciência econômica e até por economia política [...] (PÔR EM SEU LUGAR..., 1962, p. 1).

O texto evidenciou um ataque pessoal a Celso Furtado, característico das lideranças orgânicas dos setores conservadores do país. A narrativa propõe a desconstrução da imagem de Furtado, tratando-o como um hábil mentiroso, representante do comunismo e intelectual medíocre. Duas preocupações do editorial representavam o temor imediato daqueles que não aceitavam a reforma agrária como um meio de desenvolvimento econômico e de promoção de justiça social. A região do Nordeste era considerada, por conta de suas marcas da seca e da extrema pobreza, um território propenso ao crescimento do comunismo. Ao justificar um alinhamento político de Celso Furtado com Francisco Julião, liderança nordestina das Ligas Camponesas, a Tribuna construiu a tese que inspirou as ações do golpe civil-militar de março de 1964: identificar os inimigos comuns defensores do “comunismo” e expurgá-los da pátria.

O estilo de redação da Tribuna refletia a lógica de reação ao projeto político liderado por João Goulart. Dessa forma, o discurso de reação balizava-se em um conjunto de argumentações que se distanciam do pensamento lógico e organizado coerentemente, pautando-se numa irracionalidade, carente de um padrão ético, mas exacerbada de um moralismo sedutor, atraentes aos valores e interesses de classe e, neste caso, com a adesão de amplos setores da classe média brasileira, amedrontada com o espectro da subversão, do ateísmo e da imoralidade das lideranças políticas comprometidas com as reformas de base apregoadas por Jango. Um ajuntamento de palavras que, observadas atentamente, não traduziam sentido, mas acentuavam um tom dramático à conjuntura política do país:

A miséria pode ser um estimulante. Mas o que dá força ao comunismo não é a pobreza. É – qualquer que seja o seu nome ou seu disfarce – a traição [...] Essa que está se praticando contra o Brasil, em todos os tons e em todos os setores, por essa monstruosa hipocrisia, essa rastejante mediocridade, esse domínio da estupidez e da solécia, onde dizer alguma coisa séria e honrada provoca escândalo e até ofende muita gente (PÔR EM SEU LUGAR..., 1962, p. 1).

Além de confundir conceitualmente o comunismo e o fascismo, ao continuar a atingir as lideranças chamadas de populistas, o editorial realizou um esforço a-histórico ao unir o avanço do comunismo no Rio Grande do Sul, acusando as suas lideranças como os responsáveis pelo regime soviético em terras brasileiras: “O comunismo está a caminho do poder no Rio Grande do Sul. Já o general da região informa que os estancieiros se conformaram em dar, cada qual, dez por cento de suas terras para que o Sr. Brizola triunfe e isto põe em paz a consciência de todos” (PÔR EM SEU LUGAR..., 1962, p. 1).

Existiu, pois, uma intencionalidade em confundir os conceitos básicos da sociologia política, proporcionando ao leitor um substrato da notícia, não a realidade, mas a idealização do real, este favorável aos interesses pela manutenção da ordem social. As teses de que João Goulart, San Thiago Dantas, Celso Furtado e Brizola eram comunistas tinham a intenção de enviar mensagem direta aos setores médios da sociedade, refratários ao discurso de reação do jornal. Numa linguagem rústica e direta, característica do pragmatismo político de seu proprietário (seria Lacerda o autor do editorial?), o texto ataca a principal liderança do Rio Grande do Sul, acusando-a ao mesmo tempo de comunista e latifundiário, afirmando que: “É inútil fingir-se de sociólogo ou de ensaísta para buscar razões complicadas. A razão é muito simples. É que o comunismo dominou o ambicioso, ignorante e desonesto governador do Rio Grande do Sul” (PÔR EM SEU LUGAR..., 1962, p. 1).

Entre os anos de 1959-1963, Leonel Brizola governou o estado do Rio Grande do Sul, onde investiu maciçamente em educação, construindo e ampliando escolas em território gaúcho. Em 1959, encampou as empresas norte-americanas *Bond and Share* e *ITT – American Telephone and Telegraph*. Concebeu ainda um arrojado projeto de reforma agrária no estado. Essas ações de Brizola provocaram imediatamente uma reação dos setores conservadores, trazendo inclusive para o governo JK uma crise política junto aos Estados Unidos.

O editorial chama o primeiro-ministro Tancredo Neves, de “essa açucena”,¹¹ insinuando que o chefe de governo e seus pares estavam comprometidos com a má utilização do dinheiro público: “Tais como pôr o dinheiro dos trabalhadores em bancos que vão falir e levantar esse dinheiro, pouco antes da falência, para empréstimos ao Presidente da República” (PÔR EM SEU LUGAR..., 1962, p. 1).

A *Tribuna da Imprensa* articulava uma narrativa que atendia às demandas do mercado jornalístico, àqueles que se nutriam de um conjunto de representações, símbolos e ideários vivificados nas notícias e nos editoriais do jornal. Sendo assim, as camadas médias da sociedade carioca e brasileira consolidavam as suas convicções anticomunistas e cristãs, contra o “mar de lama” da corrupção dos políticos subversivos, a favor da propriedade privada, da família e da ordem social. Essa simbiose entre o veículo de comunicação e seus leitores traduz-se naquilo que Muniz Sodré sobre a notícia: ela não se estrutura somente a partir de conteúdos lógicos de um determinado relato, mas se configura num conjunto de mecanismos receptivo-cognitivos do público, que são os leitores, comprometidos com as “verdades” proclamadas pelo jornal (SODRÉ, 2009).

PONDERAÇÕES FINAIS (E PROVISÓRIAS...)

As décadas de 1950 e 1960 no Brasil produziram uma geração de intelectuais que não só pensaram o país e suas razões históricas, culturais, sociais e educacionais, mas buscaram na intervenção política, como operadores do Estado, um projeto nacional de desenvolvimento que alargasse possibilidades de acesso e inclusão das massas sociais às garantias dos direitos mínimos que valorizassem as suas existências. Celso Furtado faz parte dessa geração, que reuniu Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Josué de Castro, Florestan Fernandes, Paulo Freire, entre muitos outros, cada um com as suas singularidades teóricas e visões de mundo, todos cultivando possibilidades reais de se vislumbrar um Brasil de reformas e de profundas transformações sociais.

As conjunturas dessas décadas determinaram que essa geração fosse, de certa forma, impedida de consolidar suas utopias, o que não significa dizer que foram derrotados. O legado do pensamento furtadiano é um exemplo de que as ações do autoritarismo brasileiro e de sua propaganda jornalística não anularam seu vigor intelectual, ao contrário, fortaleceram suas interpretações sobre o país e as alternativas possíveis para a construção de sua soberania política.

Homem do seu tempo, Celso Furtado concebeu suas reflexões num mundo do Segundo Pós-Guerra, e este, dividido por rígidos posicionamentos sobre a política, a economia e a própria sociedade, subordinou mais ainda aquilo que foi a centralidade dos estudos do economista nordestino, a dependência do centro do capitalismo e de sua geografia de dominação diante da periferia reprodutora da miséria e da fome.

Impulsionado pelo desejo insaciável de penetrar na realidade do próprio país, enfrentou opositores incomodados com a clareza de suas ideias, com a trajetória de um paraibano formado num pequeno mundo provinciano, algo inaceitável às elites oligárquicas e urbanas brasileiras. Furtado foi para além do seu tempo porque pensou um país que integrasse desenvolvimento com justiça social – educação, terra, tecnologia, trabalho e produção, saúde e integração regional –, elementos que na mentalidade dominante representava a “subversão”.

Da imprensa e suas narrativas oficiais, esse recorte dos anos 1960 nos oferece ainda hoje a necessidade de percebermos criticamente o lado daqueles que entendem as perspectivas de desenvolvimento do país a partir da manutenção da ordem – latifundiária, dependente das economias externas, desprezo pela garantia dos direitos sociais de trabalhadores e trabalhadoras, da cidade e do campo.

REFERÊNCIAS

- AÇUCENA. In: *Significados*. ©2011. Disponível em: <https://www.significados.com.br/acucena>. Acesso em: 23 fev. 2017.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

- BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CHATELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER, Evelyne. *Dicionário das obras políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- COSTA, Rubens Vaz da. Introdução. In: SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, juro e o ciclo econômico*. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997. p. 9.
- D'AGUIAR, Rosa Freire. Introdução: a batalha da Sudene. In: FURTADO, Celso. *O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009. v. 3, p. 8-25. Série Arquivos Celso Furtado.
- DEZEMONE, Mario; GRYNSZPAN, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge. (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 209-236.
- DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A política e seu lugar no estruturalismo: Celso Furtado e o impacto da Grande Depressão no Brasil. *Economia, Selecta*, Brasília (DF), v. 10, n. 4, p. 867-885, dez. 2009.
- FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. Guanabara: Saga, 1969.
- FURTADO, Celso. A Operação Nordeste (1959). In: _____. *O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009. v. 3, p. 29-72.
- FURTADO, Celso. *Essencial Celso Furtado*. D'AGUIAR, R. F. (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica: a fantasia organizada; a fantasia desfeita; os ares do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- LE GOFF, Jacques. *História nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1991.
- NORDESTE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1961. Editorial, 1º. Caderno, p. 6. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional – Edição 00143 (1).
- PÔR EM SEU LUGAR coisa que preste. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 8 fev. 1962. Editorial, p. 1. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – Edição 02665 (1).
- SADER, Emir. *Século XX: uma biografia não-autorizada*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- SANTANA, Marco Aurélio; SILVA, Fernando Teixeira da. O equilibrista e a política: o “partido da classe operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge. (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 101-140.
- SANTOS, Lincoln de Araújo. As cartas do desterro: conversas entre Darcy Ribeiro e Celso Furtado sobre a América Latina: Universidade e o projeto brasileiro interrompido (1969-1970). *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, Campos-RJ, Universidade Estadual do Norte Fluminense, ano 3, n. 5, p. 161-183, jul./dez. 2014.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico*. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

NOTAS

2

A definição está em *Essencial Celso Furtado*, obra organizada por Rosa Freire d'Aguiar e publicada pela Companhia das Letras. Utilizo-me principalmente do texto autobiográfico de Furtado “Aventuras de um economista brasileiro”, que faz parte do livro (FURTADO, 2013, p. 35-52).

3

O “Terceiro Estado”, na doutrina positivista de Augusto Comte (1798-1857), concebia como a última etapa da evolução da humanidade a etapa do progresso civilizatório, científico e industrial: “o momento do desenvolvimento do espírito humano que se alcançou [...]” (CHATELET; DUHAMEL; PISIER, 1993, p. 246).

4

Costa (1997) descreve o intelectual austríaco como um filósofo social, profeta do desenvolvimento capitalista, historiador das doutrinas econômicas e teórico da economia, cujos estudos aglutinaram as biografias de Karl Marx e de J. M. Keynes. Das teses de Schumpeter (1911/1997) sobre a economia, as reunidas em *Teoria do desenvolvimento econômico* certamente influenciaram Celso Furtado em seus estudos sobre a história, as etapas e as estruturas econômicas do Brasil. Do pensamento economista e cientista político sobre o desenvolvimento econômico, Costa afirma “Schumpeter não só percebeu o papel central do crescimento econômico para a justiça social, como advertiu para os perigos da redistribuição prematura” (COSTA, 1997, p. 9).

5

Relativo à Cepal. Criada pela ONU em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal reuniu um grupo de cientistas sociais e economistas, que formularam as teses para o desenvolvimento do continente, bem como uma análise crítica da dinâmica de dependência sobre as condições econômicas da região, elaborando “um amplo e original sistema analítico, que constituiu um poderoso instrumento de compreensão do processo de transformação das economias latino-americanas” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 16).

6

O movimento dos Annales, oriundo da fundação da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, em 1929, teve como objetivo, segundo Braudel (1992, p. 16), perceber “uma história cuja pesquisa se estenda às dimensões de todas as ciências humanas, a ‘globalidade’ dessas ciências humanas, das quais se apossaria, de certa forma, para reconstituir seus próprios métodos e seu verdadeiro domínio [...]”. Tanto Celso Furtado, quanto Fernand Braudel, consideraram a importância de Henri Pirenne em suas obras e reflexões. Pirenne também é reconhecido como uma das referências originais da Escola dos Annales e que influenciou toda uma geração de historiadores na França, Europa e no mundo (LE GOFF, 1990, p. 30).

7

“Creio que a política dos Estados Unidos deve ser a de apoiar os povos livres que resistem às tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões de fora” (HOBBSBAWM, 1995, p. 226). No artigo “As cartas do desterro: conversas entre Darcy Ribeiro e Celso Furtado sobre a América Latina: Universidade e o projeto brasileiro interrompido (1969-1970)”, analiso a presença norteamericana nos golpes de Estado ocorridos no continente latino-americano (SANTOS, 2014).

8

Para Vianna (1997, p. 43-54), a revolução passiva à brasileira agregou elementos políticos, econômicos e culturais que transitaram entre a Ibéria, seu caráter de controle territorial, e a América, no moderno que chegara na perspectiva de um tipo de taylorismo-fordismo.

9

D'Aguiar (2009), no artigo “A batalha da Sudene”, relata a experiência de Celso Furtado, suas reflexões sobre o Nordeste e a atuação do economista na Sudene. O tema Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste foi retirado do texto de autoria de Celso Furtado, do relatório que diagnosticava a situação grave do Nordeste brasileiro, ao tempo da Operação Nordeste. A palestra seguida de debates foi inserida no curso “Introdução aos Problemas Brasileiros”, destinado aos oficiais militares e promovido pelo Iseb (D'AGUIAR, 2009, p. 8; 9; 29).

10

Sobre a Aliança para o Progresso, Furtado (2014, p. 458) afirmou que se “constituiu uma tentativa do presidente Kennedy para sair da situação desconfortável que era bloquear os esforços de renovação social em países com estruturas anacrônicas e regimes políticos incapazes de respeitar os direitos humanos. Mas logo ficará demonstrado que não era possível proteger os regimes políticos

existentes sem dar apoio aos sistemas de dominação social instalados na região. Dessa forma, os reflexos da guerra-fria foram na América Latina, particularmente negativos”.

11

Ao chamar, ironicamente, Tancredo Neves de “açucena”, o editorial, mais uma vez, utilizava-se do artifício de desconstrução da imagem. Ao comparar a figura de Tancredo a essa planta ornamental muito presente em Minas Gerais, o texto pode estar se referindo à “pureza”, um dos simbolismos dessa flor, afirmando ainda a imobilidade desse líder político em resolver os problemas da República, sendo apenas “apreciado” como a flor. Sobre a flor e suas representações, ver: <https://www.significados.com.br/acucena>. Acesso em 23 fev. 2017.

CC BY